

RELATÓRIO DA CAI-ABA



aba@antropologias.com.br

aba@abant.org.br

DOCUMENTO PÓS-AUDIÊNCIA PÚBLICA DO REPRESENTANTE DA CAI-ABA

No dia 15 de junho, foi realizada a audiência pública "Comunidades Indígenas do RN: Afirmação de suas Identidades", que transcorreu ao longo de toda manhã no prédio da Assembléia Legislativa do *estado*. Tendo sido coordenada pelo deputado estadual do Partido dos Trabalhadores, sr. Fernando Wanderley Vargas da Silva, conhecido como Fernando Mineiro, a mesa era composta pelo Procurador da República, sr Yordan Moreira Delgado, pelo administrador regional da FUNAI em João Pessoa/PB, o sr. Petrônio Machado Cavalcanti Filho, pelo Prof. Luiz Assunção (departamento de Antropologia/UFRN), representando o Reitor da Universidade, pelo sr. Fábio Santos, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, pelo Prof. Jerônimo Medeiros (diretor do Museu Câmara Cascudo/UFRN), representando o Grupo Paraupaba, pelo Prof. Carlos Guilherme do Valle (Departamento de Antropologia/UFRN; membro da CAI-ABA), representando a Associação Brasileira de Antropologia, e igualmente pelas lideranças Potiguara, José Ciríaco Sobrinho ("Capitão", GTIndígena/UFPB) e por Caboquinho, cacique geral dos Potiguara, ambos representando a APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo). Além destes participantes, a mesa era composta, o que considero de máxima importância, pela presença de lideranças de cada uma das três comunidades indígenas que estão emergindo publicamente no Rio Grande do Norte: os Eleotério do Catu, os Mendonça do Amarelão e os Caboclos do Açú.

Sem poder descrever minuciosamente cada uma das três situações, que estão em vias de ser plenamente estudadas do ponto de vista etnológico, elas podem ser apresentadas sinteticamente da seguinte forma. Os Eleotério vivem no distrito de Catu, município de Canguaretama, totalizando aproximadamente uma população acima de quinhentas pessoas, que estão em conflito com a Usina Estiva, que tem ocupado sistematicamente suas terras. Eles vêm procurando estabelecer contatos mais sistemáticos com os Potiguara da Baía da Traição. Os Mendonça do Amarelão vivem no município de João Câmara, reunindo mais de 200 famílias, por volta de duas mil pessoas, que vivem hoje em terras que foram regularizadas por meio da mobilização junto do MST. Trata-se do Assentamento Santa Terezinha com extensão de 25 hectares. Os Caboclos do Açú constituem uma comunidade de aproximadamente 150 pessoas, vivendo de "meia", portanto sob regime de patronagem, no interior do estado. Estão em situação de conflito direto com os proprietários locais. O caso dos Eleotério vem sendo estudado pela mestranda em Antropologia da UFRN, Cláudia Moreira, e os Mendonça do Amarelão vem sendo investigados pela mestranda em Antropologia da UFPE, Jussara Galhardo. Seus projetos vem complementar os artigos e pesquisas conduzidos pela Professora Julie Cavignac (UFRN) sobre a presença indígena contemporânea no Rio Grande do Norte. De fato, todas as três situações evidenciam dinâmicas interétnicas bastante complexas que permitem a realização de mais pesquisas

antropológicas de vulto. Os três casos mostram a manutenção de narrativas orais e relatos sobre o passado, cuja especificidade deriva de uma origem indígena balizada por fatores históricos específicos, que podem ser os antigos aldeamentos e vilas de índios ou a referência aos seus antepassados indígenas. Mostram igualmente uma evidente heterogeneidade social que exige maior detalhamento.

Um público significativo e bastante heterogêneo compareceu à audiência. Dentre eles, havia número razoável de pessoas das próprias comunidades, professores e estudantes de departamentos e cursos da graduação e pós-graduação da UFRN, além de funcionários do Museu Câmara Cascudo. Havia presença bem reduzida de parlamentares, mas contou com a participação de funcionários de órgãos governamentais, tanto estaduais como federais, que tinham sido informados anteriormente do evento. O evento foi todo registrado por mídia áudio-visual e, posteriormente, transmitido em canal de TV, além de ter havido cobertura por parte da imprensa potiguar. Uma exposição de fotografias sobre a situação atual das comunidades indígenas foi montada na entrada da Assembléia Legislativa.

Após a abertura da audiência pelo Deputado estadual Fernando Mineiro, tivemos a leitura de documento introdutório por Jussara Galhardo Guerra, funcionária do Museu Câmara Cascudo que tem destacado o contexto contemporâneo de emergências étnicas no Rio Grande do Norte, além de estar intermediando as reivindicações de algumas das comunidades indígenas, sobretudo o caso dos Mendonça do Amarelão, onde realiza pesquisa. Em seguida, cada um dos componentes da mesa expôs suas considerações sobre a problemática étnica e indígena, marcando evidentemente a posição ou instituição à qual estavam vinculados. Valeria à pena ressaltar que o Presidente da FUNAI, Df. Mércio Pereira Gomes, foi convidado, mas sem possibilidade de comparecimento, delegou sua apresentação ao administrador regional do órgão indigenista em João Pessoa.

A auto-atribuição étnica como fator legítimo e central para o reconhecimento de uma comunidade como indígena foi o ponto crucial e insistentemente afirmado por vários componentes da mesa, inclusive o administrador da FUNAI, o representante da ABA e o diretor do Museu Câmara Cascudo. Era esse o teor também das lideranças indígenas, tanto os representantes da APOINME como os representantes das três comunidades locais. Nesse sentido, um dossiê foi entregue a cada um dos componentes da mesa redonda, que incluía três abaixo-assinados que foram circulados nas comunidades do Catu, do Amarelão e do Assu, reivindicando o reconhecimento oficial das comunidades como indígenas, além de material de pesquisa já realizada entre os Eleotério e os Mendonça.

Se o representante da FUNAI afirmou que era necessário considerar a auto-atribuição como fator central para o reconhecimento das comunidades como indígenas, ele sugeriu que documentação fosse também enviada ao DAF (Departamento de Assuntos Fundiários) do órgão indigenista. Contudo, alertou que a agência possuía mais de 120 processos de regularização da terra indígena a serem conduzidos, o que permite suspeitar do real interesse político da FUNAI em viabilizar e resolver todos os casos em questão.

Outro ponto de interesse que apareceu diversas vezes ao longo da audiência foi o destaque dado às pesquisas antropológicas a fim de solucionar uma série de dúvidas e questões a respeito das comunidades indígenas no Rio Grande do Norte. Por um lado, o interesse na produção etnológica parecia ser evocado por diversos representantes das entidades mas até mesmo por algumas das lideranças indígenas. Evidenciando muito mais a disputa em torno de um conhecimento que se entende como autorizado e legítimo, suspeito que acontecia a multiplicação das vozes competentes para falar de questão indígena, para além dos discursos propriamente indígenas. Trata-se, para mim, de uma dinâmica tanto do

campo indigenista como do intelectual, cujos atores ultrapassam as fronteiras locais. Por outro lado, boa parte das questões que foram colocadas envolviam o correto etnônimo das comunidades indígenas emergentes, o que novamente exigiria, por suposto, a decisiva atuação de antropólogos a fim de definir a origem e a identidade étnica. Esse ponto foi colocado tanto pelo procurador da República, pelo Administrador regional da FUNAI bem como por uma das lideranças da APOINME. Como representante da ABA, aleguei que seria uma contradição que os antropólogos apoiassem a auto-atribuição étnica como fator legítimo de reconhecimento e, ao mesmo tempo, não considerassem as identidades afirmadas pelos próprios grupos. Nesse sentido, nenhuma pesquisa antropológica é realmente necessária a fim de definir corretamente a origem étnica de qualquer comunidade indígena, afinal as identidades étnicas operadas pelos próprios grupos já são etnológica e politicamente legítimas. Esse problema nos faz lembrar dos questionamentos em torno da identidade Tapeba no Ceará da década de 1980, além de muitos outros casos no Nordeste indígena.

A audiência pública foi, portanto, um evento importante nos processos de emergência étnica no Rio Grande do Norte, dando visibilidade muito maior e, certamente, uma visibilidade política às situações que eram eventualmente noticiadas pela imprensa local ou apreciadas mais sistematicamente pela academia, sobretudo pelo Departamento de Antropologia da UFRN. Contudo, o evento deve ser visto como apenas uma etapa, aliás bastante específica e limitada, de um processo muito mais amplo, que exigirá certamente o fortalecimento e a maior mobilização política, além da definição mais precisa das demandas e reivindicações das comunidades indígenas. O estreitamento dos contatos com lideranças de outros povos indígenas, inclusive os que se fizeram com os representantes da APOINME, pode contribuir que isso ocorra. Certamente, uma série de armadilhas e obstáculos podem se apresentar para as três comunidades indígenas que se reconheceram publicamente na audiência, inclusive sob o risco da perda de certa autonomia diante das demandas produzidas pelos diversos agentes que atuam no campo indigenista. Todavia, acredito que os efeitos sociais da audiência pública podem ser de real positividade para as comunidades à medida que ajudem à sua organização interna.

CARLOS GUILHERME DO VALLE
DAN/UFRN, CAI-ABA.